



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003712-10.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Niels Bohr Educacional Ltda.**
 Requerido: **Débora Conceição da Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Niels Bohr Educacional Ltda (Colégio Interativo) propôs a presente ação contra a ré Débora Conceição da Silva, pedindo a condenação desta no pagamento da importância de R\$ 5.160,60, com acréscimos de juros de mora de 1% ao mês e correção monetária desde os respectivos vencimentos até a data do efetivo pagamento, em razão de inadimplência no pagamento das mensalidades escolares da aluna Gabriela Conceição da Silva nos meses de março, abril, maio, junho, julho, agosto, outubro, novembro e dezembro de 2014.

A ré foi citada às folhas 27, não oferecendo resposta (folhas 28), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, II, do Código de Processo Civil.

Procede a causa de pedir.

Trata-se de ação de cobrança de mensalidades escolares, por meio da qual a autora pretende a condenação da ré no pagamento da importância de R\$ 5.160,60, relativa às mensalidades inadimplidas nos meses de março, abril, maio, junho, julho, agosto, outubro, novembro e dezembro de 2014.

No contrato celebrado entre as partes contam a assinatura da ré (folhas 15/18). O histórico escolar colacionado às folhas 19, comprova a frequência e o aproveitamento da aluna Gabriela Conceição da Silva no ano letivo de 2014, no 3º ano junto ao estabelecimento da autora, bem como pela revelia, presumindo-se verdadeiros os



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

fatos afirmados pela autora, de que celebrou com a ré contrato de prestação de serviços educacionais e que se encontra inadimplente com as parcelas vencidas nos meses de fevereiro, março, abril, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2012.

Não há como impor à autora a produção de prova negativa, tendo em vista que compete àquele que paga comprovar a regular quitação, a teor do que dispõe o artigo 319 do Código Civil.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré a pagar à autora a importância de R\$ 5.955,19, devidamente atualizada desde a propositura da ação, pela tabela prática do E. Tribunal de Justiça de São Paulo, com incidência de juros de mora de 1% ao mês, devidos a partir da citação. Pela regra da causalidade, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.000,00, com a atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 30 de setembro de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**